

Fonte: www.midianews.com.br

BRASIL / PAUTA DO CONGRESSO

20.09.2013 | 08h00 - Atualizado em 19.09.2013 | 17h26

Tamanho do texto A- A+

Governo vê dificuldade em propostas do Congresso que vinculam gastos com saúde

"É um impacto muito grande para o atual patamar de receitas do governo federal."

DIVULGAÇÃO

Clique para ampliar 



DO MSN

As propostas que tramitam no Congresso para vincular parte do Orçamento à Saúde apresentam dificuldades e são impossíveis de serem aplicadas pelo governo, afirmou nesta quinta-feira a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, em sessão do Senado sobre o financiamento da área.

Segundo a ministra, que descreveu aos parlamentares a "rigidez orçamentária" à qual o governo está sujeito com as despesas obrigatórias, não há como implementar nem a proposta de vincular 10 por cento da receita corrente bruta à saúde, nem a sugestão de obrigar a aplicação no

setor de aproximadamente 20 por cento da receita corrente líquida, mesmo que esse impacto seja diluído em alguns anos.

Os projetos que destinam mais recursos à área foram impulsionados no Congresso a partir das manifestações populares de junho que tomaram as ruas do país e tinham como uma das reivindicações a melhoria do serviço de saúde pública.

"A proposta de 10 por cento da receita corrente bruta... nem tirando todas as demais políticas públicas consigo implementar essa proposta", disse Miriam a senadores.

"É um impacto muito grande para o atual patamar de receitas do governo federal."

De acordo com a ministra, se forem descontadas todas as despesas obrigatórias do governo, e aquelas destinações com proteção legal, sobram 36 bilhões de reais. A proposta dos 10 por cento da receita bruta equivaleria, segundo Miriam, a 39 bilhões de reais.

Para a ministra, mesmo a proposta de diluir um eventual impacto da vinculação da receita corrente líquida à saúde em seis anos "seria bastante difícil, eu diria impossível de ser incorporado com o atual estágio de receitas que o governo federal dispõe".

As dificuldades do governo em seguir essas eventuais metas persistem, disse, mesmo com a perspectiva de fontes adicionais como os royalties pagos pela exploração do petróleo ou a possibilidade de aprovação de regra de obriga a aplicação de 50 por cento das emendas parlamentares individuais na saúde.

A destinação de metade dessas verbas parlamentares à área é defendida pelo governo, mas não consta no texto aprovado pelos deputados na chamada PEC do Orçamento Impositivo, que torna o obrigatório o pagamento de emendas parlamentares individuais.

O governo espera alterar a proposta, que aguarda votação no Senado, para incluir dispositivo que vincule metade dessas emendas à saúde.

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Sexta feira, 20 de setembro de 2013 Edição nº 13705 20/09/2013

ALTO CUSTO

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Estado deve abastecer farmácia

Da Reportagem

A Justiça deu um prazo de 15 dias para o governo do Estado (GE) repor o estoque de medicamentos em falta na Farmácia de Alto Custo, como o Pramipexol e a Selegilina, usados no tratamento do Mal de Parkinson. Também exigiu que sejam adquiridos exemplares de Mesalina, usado para pessoas com insuficiência renal crônica.

Se não cumprir determinação judicial de imediatamente voltar a fornecer os comprimidos a todos os usuários do SUS, o governo terá de pagar multa diária de R\$ 10 mil. As decisões são do juiz Alex Nunes de Figueiredo da Vara Especializada em Ação Civil Pública, Ação Popular e Improbidade Administrativa de Cuiabá.

Os três remédios são de uso contínuo e a interrupção de qualquer uma das medicações pode causar danos irreversíveis aos pacientes. No caso do Mal de Parkinson, os medicamentos agem no sistema nervoso central, diminuindo os tremores característicos da doença. Por isso, abortar o tratamento seria muito prejudicial.

Quando vencer o prazo, o Estado deve comprovar que cumpriu a determinação

judicial sob pena de bloqueio de verba pública. As decisões são de 16 de setembro.

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Sexta feira, 20 de setembro de 2013 Edição nº 13705 20/09/2013

FIOCRUZ

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

47% dos usuários optam pela 'pedra'

Dados apontam que se comparada às capitais do Sudeste, as do Centro-Oeste têm o dobro do número de consumidores regulares de crack e similares

ALECY ALVES

Da Reportagem

Em Cuiabá, assim como nas demais capitais do Centro-Oeste, o percentual de usuários de crack, pasta-base de cocaína e similares(adquiridos em forma de pedra) é o dobro de grandes metrópoles do Sudeste(São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais).

Aqui, estima-se que 47% daqueles que fazem uso regular de drogas optam por esses tipos de substância, segundo pesquisa divulgada ontem pela Fundação Oswaldo Cruz(Fiocruz), atendendo solicitação da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Senad), órgão do Ministério da Justiça. O percentual foi usado tomando como base a média regional, já que a pesquisa não divulgou dados específicos de cada capital.

Segundo a estimativa da Fiocruz, em Cuiabá, seriam 12.540 (2,28% da população) usuários de drogas, dos quais 5.893 dependentes das substâncias, o que corresponde aos 47%. Já em capitais do Sudeste e Norte, o crack e similares representam 20% do conjunto de substâncias ilícitas consumidas.



Na Grande Cuiabá, conforme dados da Polícia Militar, foram identificadas sete cracolândias

Na cartilha que traz a pesquisa detalhada, os responsáveis pela publicação chegaram a observar que “ao contrário da percepção do senso comum, as estimativas de proporção de usuários de crack e similares não são mais elevadas na região Sudeste, onde, entretanto, o consumo em locais públicos é bastante visível devido à magnitude das suas metrópoles e o tamanho expressivo das grandes cenas de uso, conhecidas como cracolândias”.

Na Grande Cuiabá, o mais recente levantamento da Polícia Militar indicou a existência de sete cracolândias nos bairros do Porto, Centro Histórico (Centro), Alvorada, Areão, Estrada do Moinho, Novo Mato Grosso e no Quilômetro Zero.

Nas capitais e no Distrito Federal, a Fiocruz estima que são 1 milhão de usuários de drogas(excluindo a maconha), dos quais 370 mil já teriam desenvolvido a dependência do crack, ou seja, 35% do total geral.

Chama a atenção na pesquisa, a informação de que 14% dos usuários de crack são menores de idade, ou seja, 50 mil crianças e adolescentes consumindo regularmente essa substância nas capitais do país.

De maneira detalha, capital por capital, só deve ser divulgada nos próximos meses, segundo informações da assessoria de imprensa do Ministério da Justiça. O MJ informou ainda que os dados levantados pela Fiocruz servirão de base para a adoção de políticas de prevenção, combate e tratamento dos dependentes, como parte do programa “Crack, é possível vencer”.

O estudo utilizou-se a definição de “uso regular” como sendo o consumo de droga por pelo menos 25 dias nos últimos seis meses, como preconiza a Organização Panamericana de Saúde (OPAS).

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / SAÚDE

20.09.2013 | 08h17 - Atualizado em 20.09.2013 | 08h23

Tamanho do texto A- A+

Saad desiste de CPI para evitar mais uma briga

Vereador apresentaria requerimento ontem

Reprodução

Clique para ampliar 



Intenção da CPI era apurar supostas irregularidades da área da Saúde

THIAGO ANDRADE
DIÁRIO DE CUIABÁ

Após a série de conflitos entre vereadores governistas e de oposição, o clima de paz parece ter voltado a reinar na Câmara de Cuiabá. Os parlamentares chegaram a “sufocar” o pedido de uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para evitar outro desentendimento.

O requerimento seria apresentado na sessão de ontem (19). Apesar de afirmar ter conseguido o número necessário de assinaturas, o vereador Ricardo Saad (PSDB), autor do pedido, pondera ter preferido “deixar

quieto”.

O tucano argumentou que o Legislativo ainda busca superar a crise iniciada em agosto e que um pedido de CPI neste momento poderia atrapalhar o bom relacionamento.

A intenção da CPI era apurar supostas irregularidades da área da Saúde. O próprio Saad sustenta, contudo, que a investigação não depende da comissão, já que o titular da Pasta, Kamil Fares, deve ir ao Legislativo no próximo dia 27 para prestar esclarecimentos aos vereadores.

Já o líder do governo, Leonardo Oliveira (PTB), nega que a desistência tenha a ver com os ânimos entre os parlamentares. Ele acredita que o tucano não tenha conseguido o número de assinaturas necessário para a abertura de uma CPI.

Atualmente, é preciso que pelo menos oito vereadores apoiem o requerimento. Leonardo também destaca que a Casa já recebeu pedidos para a instalação de cinco CPIs, o número máximo permitido pelo Regimento Interno. Dessas, quatro estão “judicializadas” e aguardam decisão para saber se realmente serão instauradas.

Saad sustenta, entretanto, que este não seria um impedimento para a abertura de sua Comissão. Isso porque, como ainda não há uma resolução sobre quatro das cinco Comissões, apenas uma CPI está realmente em funcionamento.

O impasse já perdura quase um mês e apenas dois dos casos parecem estar perto de um fim. Um deles é o da CPI dos Maquinários. Embora a decisão pela suspensão de seus trabalhos tenha sido liminar, a mesa diretora pode não recorrer, sob o mesmo argumento que fez Saad recuar:

manter o clima de paz na Câmara.

A segunda é a CPI da CAB. Proposta pelo vereador Renivaldo Nascimento, esta recebeu aval pela instauração. Na sessão desta quinta-feira (19), os vereadores até tentaram iniciar seus trabalhos definitivamente, mas não chegaram a um consenso sobre quais serão os membros. O objetivo é investigar o cumprimento do contrato de concessão dos serviços de saneamento de esgoto e abastecimento de água da Capital por parte da CAB Cuiabá.

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / Cidades

19/09/2013 - 16:19

Metas da saúde para este ano estão dentro do programado, Conselho debate COAP

Da Assessoria/Prefeitura de Rondonópolis

O conselho Municipal de Saúde se reuniu essa semana para analisar o cumprimento das metas dos Indicadores de Saúde para o exercício de 2013. No encontro alguns índices da Saúde Básica foram apresentados pelos servidores do escritório Regional de Saúde aos integrantes do Conselho. "Com base nessas metas elaboradas para 2013 e com a estrutura que estamos providenciando este ano, vamos em breve traçar as metas para 2014 e 2015", explicou a presidente do Conselho Marildes Ferreira.

Alguns números do relatório apresentado mostram que as metas estipuladas para este ano estão bem próximas da realidade em Rondonópolis até agora. Como exemplo, a maior causa de mortes, tanto na rede pública como a privada, o infarto ainda está em primeiro lugar, chegando a 45% dos casos na cidade; os partos

normais somam 50%; o total de consultas pré-natal não passa de sete para cada nascimento; 86,5% dos imóveis na cidade recebem a visita para controle da dengue; e a vacinação antirrábica atinge 86,87% dos cães e gatos em Rondonópolis.

O Conselho analisou todos os indicadores registrados até agora no exercício 2013, nas áreas desde a atenção básica, vacinação até os procedimentos de alta complexidade. E concluiu que para os próximos anos alguns setores específicos merecem atenção especial para que os percentuais mudem.

“Precisamos nos preparar para o novo sistema de Mapas Regionais de Saúde, que deverá definir investimentos das esferas estadual e federal de acordo com as necessidades de cada espaço geograficamente definido. Vamos entrar também no processo de criação do COAP, Contrato Organizativo da Ação Pública da saúde, que é um acordo de colaboração entre federativos no âmbito de uma Região de Saúde, com o objetivo de organizar e integrar as ações e os serviços de saúde na região para garantir a integralidade da prestação do serviço à população”, destacou a secretária
Marildes.

A preocupação do Conselho gira em torno também na identificação das necessidades da população para elaborar os planos de saúde específicos, definindo ações, direitos, deveres e responsabilidade dentro do programa Tripartite, envolvendo as três esferas: nacional, estadual e municipal.

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / **Brasil**

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A A A](#)

19/09/2013 - 15:52

Padilha pede a parlamentares fiscalização de recursos da saúde

Terra

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, alertou nesta quinta-feira deputados e senadores de que o debate sobre o aumento de recursos para a área de saúde tem que incluir medidas de controle e acompanhamento de gastos e prever, claramente, o destino desse dinheiro. Durante uma sessão temática no Congresso para discutir formas de financiamento da área, Padilha defendeu mais investimento na atenção básica e explicou que o governo tem priorizado o setor e conquistado resultados históricos, segundo ele.

"A saúde começa antes do hospital, na atenção básica, com agentes de saúde, enfermeiros, médicos e nutricionistas. Não só ampliamos o investimento per capita nos últimos 10 anos, como também Estados e municípios colocaram mais recursos e como aumentamos os recursos para atenção básica, oferta de medicamentos e vacinas", disse, ao destacar que os investimentos na atenção básica foram maiores que aqueles executados dentro de hospitais.

Padilha disse que o Brasil conquistou a meta de redução da mortalidade infantil quatro anos antes do prazo definido pelos Objetivos do Milênio e explicou que com os investimentos em prevenção o País vem reduzindo significativamente a necessidade de internações. "É preciso cuidar da saúde das pessoas, não só das doenças. Colocamos novas vacinas que reduziram 30% doenças diarreicas entre crianças", exemplificou.

Ao rebater críticas sobre os reajustes das tabelas do Sistema Único de Saúde (SUS), o ministro garantiu que os valores têm sido revisados anualmente. Segundo números da pasta, em 2011, 96 procedimentos

foram reajustados. Em 2012, 164 procedimentos e, em 2012, 63 procedimentos.

"Desde 2003, governo federal cumpre todo ano o que está estabelecido na Emenda 29. Os investimentos da União levaram ao aumento de 66% do investimento per capita na área de saúde", explicou.

Padilha ainda defendeu o Programa Mais Médicos, ao afirmar que milhões de brasileiros ainda não têm atendimento médico no País. "O Mais Médicos é o primeiro passo para uma profunda transformação do serviço público de saúde e é o passo mais corajoso."

O Mais Médicos é um dos projetos em análise no Congresso Nacional que também analisa propostas que garantiriam, por exemplo, uma porcentagem de 10% da receita bruta do governo para a área de saúde.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), lembrou que a realidade em muitas unidades de saúde do país é caracterizada pelas longas filas, descaso, desconforto, falta de médicos e de medicamentos. "A situação atinge mais dolorosamente a população de menor poder aquisitivo. O sistema público de saúde tem, além da responsabilidade legal, compromisso moral com os menos favorecidos."

Fonte: www.issoenoticia.com.br

COTIDIANO / SAÚDE

Sexta, 20 de setembro de 2013, 09h12

Estado divulga dados da dengue de 1º de janeiro a 19 de setembro de 2013

Até ontem, o Estado teve 37 ocorrências de morte

DA REDAÇÃO

De acordo com os dados do Sinan Online, de 1º janeiro a 19 de setembro de 2013, o estado de Mato Grosso registrou 41.701 casos notificados de dengue, com 37 ocorrências de óbito, sendo 33 confirmados: Alta Floresta (03), Apiacas (01), Aripuanã (01), Barra do Garças (01), Cáceres (01), Campo Novo dos Parecis (03), Campo Verde (01), Carlinda (01), Cuiabá (02), Itiquira (01), Jaciara (01), Juara (02), Primavera do Leste (02), Pontal do Araguaia (01), Pontes e Lacerda (01), Tangara da Serra (01), Sinop (04), Sorriso (02), Vera (01), Sapezal (01) e Lucas do Rio Verde (01), Várzea Grande (01) e 04 em investigação: Alto Taquari (01), Lucas do Rio Verde (01), Nova Xavantina (01), Cuiabá (01).

Divulgação



Prevenção deve ser feita antes de contrair a doença

Cuiabá registrou 3.228 casos, Rondonópolis 3.101 casos, Sinop 7.694 casos e Várzea Grande 719. O estado de Mato Grosso registrou até o momento 107 casos graves de dengue. No ano de 2012 as notificações no mesmo período foram de 35.798 casos notificados no estado. O quadro epidemiológico caracteriza-se pela circulação simultânea de dois sorotipos virais da dengue, o DENV 1 e a introdução do sorotipo DENV 4 no estado.

Combata os focos do mosquito em sua casa, seguindo as seguintes orientações: limpe calha dos telhados; limpe os pratinhos dos vasos de plantas; mantenha piscinas limpas; não deixe formar poças d'água; elimine qualquer tipo de material que possa acumular água; garrafas ou recipientes sempre virados de boca para baixo; pneus mantidos em locais cobertos para não acumular água; tampe bem as caixas d'água e os poços.

Fonte: www.issoenoticia.com.br

POLÍTICA / DESVIOS

Sexta, 20 de setembro de 2013, 09h22

Relatório final da CPI do MT Saúde será votado em uma semana

Comissão durou 120 dias e apontou desvios de R\$ 25 milhões do plano de saúde de servidores públicos

**RAFAEL COSTA
DA REDAÇÃO**

O presidente em exercício da Assembleia Legislativa, Romoaldo Junior, informou que entrará na pauta de votação da próxima semana o relatório final da CPI do MT Saúde. “Já solicitei a Comissão de Constituição e Justiça parecer deste relatório para que assim possamos encerrar essa polêmica”.

Fablicio Rodrigues/ALMT



Dep. Romoaldo Junior-PMDB

A CPI durou 120 dias e foi concluída com apontamento de desvio de R\$ 25 milhões da gestão do plano de saúde dos servidores públicos estadual. O relator da CPI, deputado Emanuel Pinheiro, isentou de responsabilidade integrantes do primeiro escalão, atribuindo a culpa aos ex-presidentes do MT Saúde. No entanto, a deputada estadual Luciane Bezerra (PSB), integrante da CPI como membro titular,

produziu um relatório paralelo que foi encaminhado ao MPE (Ministério Público Estadual).

No documento, usado como justificativa para seu voto em separado, a parlamentar pediu o indiciamento e a prisão preventiva, assim como a indisponibilidade de bens, de 18 pessoas e quatro empresas supostamente responsáveis pelo rombo de R\$ 25 milhões - e consecutivo desmantelamento do plano estadual de saúde.

Conforme o deputado Romoaldo Junior, a votação do relatório vai permitir que a Assembleia Legislativa concentre suas atividades na votação da LOA (Lei Orçamentária Anual). “O foco é o orçamento, as emendas que poderão ser apresentadas e a discussão com a sociedade”, afirma.

O Parlamento ainda aguarda uma mensagem de autoria do Executivo que prevê uma nova estrutura ao MT Saúde que evite crises de atendimento junto com as unidades médicas credenciadas.

Fonte: www.sonoticias.com.br

SAÚDE

19 de Setembro de 2013 - 16:53

Pesquisa vai avaliar uso de medicamentos pelos brasileiros

Fonte: Só Notícias com assessoria

O Ministério da Saúde lançou nesta quinta-feira (19) uma pesquisa inédita no país sobre o acesso da população a medicamentos. A Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos (PNAUM) vai entrevistar, a partir de segunda-feira, 38,4 mil pessoas, em 245

municípios brasileiros, sobre temas como o uso de remédios, acesso aos produtos no Sistema Único de Saúde (SUS), uso racional de medicamentos e a automedicação. O público entrevistado será dividido por gênero, escolaridade e em sete faixas etárias - desde crianças a idosos. As informações serão transmitidas em tempo real por tablets e a previsão é que, no início de 2014, os dados do inquérito estejam finalizados.

Para o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Carlos Gadelha, os resultados da pesquisa vão possibilitar conhecer os hábitos da população e possibilitar o uso racional de medicamentos. Só nos últimos cinco anos, houve quase 60 mil internações por intoxicação medicamentosa. "A pesquisa vai oferecer um diagnóstico sobre a relação da população com o remédio e mostrar o que ainda podemos melhorar. Já aumentamos a oferta de remédios e o orçamento para a compra de medicamentos subiu quase seis vezes nos últimos dez anos. Queremos garantir que toda a população saiba que o tratamento está à disposição e como fazê-lo da forma mais segura possível", afirmou.

Ainda segundo Gadelha, o medicamento é um bem somente se for usado de forma adequada. "Queremos mostrar para as pessoas que a saúde é composta por uma série de bons hábitos, desde uma boa alimentação a prática regular de exercícios. Precisamos evitar que o brasileiro continue com esta ideia de que somente o medicamento que traz saúde e a qualidade de vida. A saúde é um conjunto de ações", destacou o secretário.

APURAÇÃO - Os 140 entrevistadores estarão em campo na próxima segunda-feira (23) para coletar os dados que serão analisados por professores-pesquisadores de 12 instituições parceiras do Ministério: Universidades Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS), Minas Gerais (UFMG), Ceará (UFC), Brasília (UnB), Santa Catarina (UFSC), Bahia (UFBA), São Paulo (Unifesp),

Pelotas (UFPEL) e Campinas (Unicamp), Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

A coordenação dos trabalhos será de responsabilidade das Universidades Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS) e de Minas Gerais (UFMG). "É muito importante as universidades estarem trabalhando junto com o Ministério da Saúde para a melhoria do Sistema Único de Saúde, o SUS", disse o vice-reitor da UFRGS, Rui Oppermann.

A pesquisa também vai revelar como ocorre o acesso a esses produtos no SUS, pelo programa Farmácia Popular e pelas drogarias privadas; se as pessoas seguem as prescrições médicas e se persistem no tratamento com medicamentos; se há variação no acesso aos remédios de acordo com condições sociais, econômicas e demográficas; e a avaliação dos serviços de assistência farmacêutica na Atenção Básica e uso racional de medicamentos da população.

O levantamento vai contar um investimento de R\$ 9,4 milhões e vai mostrar como é a utilização dos medicamentos para as doenças mais comuns e para as doenças crônicas.

Fonte: www.odocumento.com.br

Nacional

Libanês é o único reprovado entre 682 estrangeiros do Mais Médicos

20/09/2013 - 07h05

A- A+

Terra

O Ministério da Saúde informou nesta quinta-feira que, após três semanas de aulas e avaliações, apenas um médico estrangeiro foi reprovado pelo governo no Programa Mais Médicos. Dos 682 profissionais selecionados nesta primeira etapa, apenas um libanês não atingiu a pontuação mínima da avaliação. Ele vai retonar para seu país de origem.

Outros 11 médicos ficaram em recuperação, segundo o Ministério da Saúde. Esses profissionais passarão por aulas adicionais em Brasília ao longo de duas semanas.

O período de capacitação dos intercambistas ocorreu em oito capitais do País. Além de estudarem português, os profissionais tiveram aulas sobre o sistema de saúde público brasileiro e aprenderam a identificar as doenças mais comuns no País. Conforme previsto na medida provisória que criou o Mais Médicos, em julho, os estrangeiros selecionados para atuar no programa trabalharão no Brasil por três anos.

Nesse período, terão registro profissional provisório, que lhes dará o direito de atuar exclusivamente na atenção básica e apenas nas cidades para as quais forem designados pelo Ministério da Saúde, com acompanhamento de tutores e supervisores.

Conselhos dificultam liberação de registros provisórios Para começar a trabalhar, os estrangeiros ainda precisam do registro provisório, concedido pelos Conselhos Regionais de Medicina. O Conselho Federal de Medicina, no entanto, dificulta a liberação do registro, porque diz que precisa de informações extras, como o local onde vão trabalhar os profissionais estrangeiros do programa Mais Médicos e a identificação de seus tutores e

supervisores, para fiscalizar a atuação deles.

De acordo com o presidente do CFM, Roberto d'Ávila, é atribuição dos conselhos fiscalizar o exercício profissional dos médicos. "Essas informações são fundamentais para que a população seja protegida caso ocorra algum evento danoso e é função dos conselhos fiscalizar e julgar os médicos estrangeiros ou não", disse.

O presidente do CFM ainda criticou a condição dos documentos que estão sendo encaminhados pelos médicos estrangeiros para a obtenção dos registros provisórios. Roberto d'Ávila apresentou diplomas em árabe e russo com folhas simples, sem carimbos ou registros informando em português que se trata de um diploma de medicina. A medida provisória que cria o Mais Médicos, no entanto, dispensa a tradução juramentada do diploma e do registro do profissional no país onde se formou.

"Essas traduções de diplomas têm vindo com folha sem timbre de ministério e sem assinatura do profissional que traduziu. Pode até ser um diploma falso ou de uma outra profissão que não a de médico", disse o presidente do CFM.

Parecer da Advocacia-Geral da União, feito a pedido do Ministério da Saúde, entende que os conselhos regionais de Medicina não podem exigir documentos extras para liberar o registro provisório aos profissionais estrangeiros que participam do programa. O CFM informou que vai continuar com a exigência de documentação extra, apesar do parecer contrário da AGU.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, disse que não vai "admitir nenhuma tentativa de postergar a chegada dos médicos" às cidades do interior e periferias das capitais.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social